

PARECER JURÍDICO nº 60/2023

Encaminhado o expediente para confecção de parecer jurídico sobre a seguinte Matéria/
Ementa: Projeto de Lei nº 56/2023 que “Concede revisão geral anual e aumento real sobre o valor do auxílio-alimentação por assiduidade dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal”

Em 12/05/2023 sobreveio mensagem retificativa propondo a substituição da expressão “revisão geral anual” por “reajuste anual” e para que os efeitos financeiros retroajam desde 1º de abril, considerando o disposto §1º do art. 4º da Lei nº 3.817, de 2020.

RELATÓRIO

O presente projeto, de iniciativa do Executivo Municipal, objetiva autorização para conceder reajuste e aumento real sobre o valor do auxílio-alimentação por assiduidade dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal, sendo: 5,79% (cinco e setenta e nove por cento), de reajuste, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apurado de janeiro a dezembro de 2022 e aumento real, no percentual de 10,01% (dez, zero um por cento).

O valor total do auxílio-alimentação por assiduidade, com o reajuste e o aumento real, passa a ser de R\$ 20,00 (vinte reais) por dia de efetiva atividade

FUNDAMENTAÇÃO

Quanto a competência, cabe ao Município dispor sobre o regime jurídico de seus servidores públicos (art. 39, caput, da Constituição Federal). Assim, caberá à legislação local estabelecer as vantagens dos ocupantes de cargos públicos.

Quanto a iniciativa também encontra-se atendida, conforme artigo 46, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

Por fim, a Lei 3.817/2020 em seu artigo 4º, § 2º estabelece que o valor do auxílio-alimentação será reajustado anualmente, a partir do ano de 2021, por índice oficial a ser definido em lei específica.

OPINIÃO

Opina-se pela viabilidade Jurídica do Projeto de Lei nº 56, de 2023 e Mensagem Retificativa

Serafina Corrêa, 16 de maio de 2023

Camila Dors Gasparotto

OAB/RS 98969

Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Serafina Corrêa/RS

Assessora Jurídica